

OS ESTUDOS AFRICANOS NO CONTEXTO DAS DIÁSPORAS

AFRICAN STUDIES IN THE CONTEXT OF DIASPORAS

Benjamin Xavier de Paula¹

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

Financiamento: PMCD/FAPEMIG/CAPES

RESUMO: No presente artigo tratamos os estudos africanos na perspectiva das diásporas, tendo como referência o africanismo. O conceito de *diáspora* se apresenta para nós como “possibilidade” - suplanta seu sentido lingüístico, histórico e científico, e, repousa na dinâmica de um movimento de ideias e de práticas sociais contra-hegemônicas que busca na resignificação positiva das relações raciais e étnicas, assim como, do Panafricanismo, constituir-se num espaço/lugar daqueles que assumem a perspectiva do anti-racismo e da afirmação positiva da negritude como instrumentos efetivos de edificação do discurso e da prática científica.

Palavras chaves: Africanismo. Diásporas. Negros.

AFRICAN STUDIES IN THE CONTEXT OF DIASPORAS

ABSTRACT: In this paper we discuss the African studies from the perspective of diasporas, having the Africanism as a reference. The concept of "diaspora" presents itself to us as the "possibility" - it exceeds its linguistic, historical and scientific meaning, and lies in the dynamics of a movement of ideas and social practices that are against the hegemony and search for a positive reframing of the racial and ethnic relations, as well as the Pan-Africanism, to emerge itself in a space / place of those who take the perspective of anti-racism and the positive affirmation of blackness as effective instruments for building up the discourse and scientific practice.

Key words: Africanism. Diasporas. Afrodescendant.

LES ÉTUDES AFRICAINES DANS LE CONTEXTE DES DIÁSPORAS

RÉSUMÉ: Dans le présent article, nous traitons d'études africaines dans la perspective des diasporas, ayant comme référence l'africanisme. Le concept de "diaspora se présente à nous comme "une possibilité" – surplante son sens linguistique, historique e scientifique, et, se repose sur la dynamique d'un mouvement d'idées et de pratiques sociales contre-hégémoniques que recherche dans La resignation positive les relations raciales et ethniques, ainsi comme, dans Le panafricanisme, se constitue dans um espace/lieu de ceux qui assument la perspective de l'anti-racisme et de l'affirmation positive de la noircissure comme des instruments effectifs d'édification du discours et de la pratique scientifique.

Mots-clé: L'africanisme. Les diásporas. Les nègres.

¹ Doutor em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia – PPGED/UFU; Professor do Departamento Interdisciplinar de Ciências Básicas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UJVJM. E-mail: benjaminx@usp.br.

1. Introdução: de que África estamos falando?

Joseph Ki-Zerbo (2010) na introdução do primeiro volume e da Coleção sobre a História da África, disserta:

Com efeito, a história da África, como a de toda a humanidade, é a história de uma tomada de consciência. Nesse sentido, a história da África deve ser reescrita [...] esse continente presenciou gerações de viajantes, de traficantes de escravos, de exploradores, de missionários, de procônsules, se sábios de todo tipo, que acabaram por fixar sua imagem no cenário da miséria, da barbárie, da irresponsabilidade e do caos. Essa imagem foi projetada e extrapolada ao infinito ao longo do tempo, passando a justificar tanto presente quando o futuro. (KI-ZERBO, 2010, p.XXXII).

Sua percepção é a de que a História da África, conhecida até então, fora escrita por não africanos, mas por estrangeiros que acabaram por fixar uma visão sobre África e sua História que precisa ser reescrita (KI- ZERBO, 2010).

Para este autor, não se trata de escrever uma “história-revanche”, mas mudar a perspectiva, de uma historiográfica eurocêntrica, para uma historiografia africana construída a partir da tomada de consciência autêntica sobre a África,

a primeira tarefa de análise global do continente africano é histórica, pois não é possível viver sem memória ou com a memória do outro – a história é a memória dos povos [...] Mas para não substituir um mito por outro, é preciso que a verdade histórica, matriz da consciência desalienada e autêntica, seja rigorosamente examinadas e fundadas sobre provas. (KI- ZERBO, 2010, p.XXXIII).

A perspectiva da unidade africana apresentada por Ki-Zerbo (2010), a partir de uma perspectiva de unidade e diversidade, é seguida por diversos outros autores, particularmente, por aqueles radicados na perspectiva teórica e epistemológica africana á qual entendemos neste trabalho como o africanismo.

Para Nascimento (1996, p. 31) a tentativa de diversos pesquisadores em negar á África uma unidade, buscando seccioná-la tal como fizeram os colonialistas europeus no século XIX a partir de referências que não condizem com as experiências forjadas pelos negros africanos, serve como fundamento para negar à “África própria de Hegel” – á África selvagem que não possui história - aquilo que seria impossível negar à África do norte, “asiática”, a civilização e a cultura erudita ocidental. “A imagem difundida

pelo eurocentrismo desenha a ideia de uma África branca a civilizada ao norte do continente, e outra África, negra e selvagem, ao sul do Saara” (Idem). Entretanto, Nascimento (1996) assevera que a própria realidade do continente desmente tal hipótese. Os povos que constituíram as civilizações egípcias, e outras da parte norte da África, são negros – núbios, cushitas, etc.

Esta perspectiva Joseph Ki-Zerbo (2010) chama de “espelho de narciso” – ou seja, faça-se o mundo a imagem e semelhança daquilo que esta visão eurocêntrica de sociedade consegue enxergar: a sua própria imagem.

Tal perspectiva radicada no colonialismo europeu, também intentou propagar uma divisão da África a partir do Saara - A África acima da linha do Deserto Saara – supostamente branca, portanto civilizada e evoluída devido a sua proximidade com os povos europeus; e, a África Subsaariana – supostamente negra, não civilizada, não evoluída, exatamente pela sua distância dos povos “civilizados”.

Este pensamento colonizado ao atribuir a um suposto povo branco, não africano, o progresso civilizatório da África do norte; nega-se à África subsaariana o seu protagonismo na construção de importantes civilizações e avanços científico-tecnológicos em todas as áreas do conhecimento, conforme evidencia Fonseca (2008). Apaga-se das páginas da história humana a memória de grandes centros urbanos, caracterizados pela erudição e pela sofisticada organização política de Estados e Impérios soberanos como Mali, Songai, Gana, Quíloa, Zimbábue e tantos outros, estabelecidos na região que compreende esta dita “África negra, selvagem”; “nega-se aos seus povos a própria condição humana, uma vez que o desenvolvimento da cultura diferencia o ser humano de outros animais” (NASCIMENTO, 1996, p. 34).

Joseph Ki-Zerbo certamente, não era brasileiro, e talvez, nem sequer tenha conhecido o Brasil até a organização da Coleção “História Geral da África” na década de 1970. Se por aqui viesse, constataria dois “Brasís”, um pretense europeu, aquele que se faz presente nas universidades, nas sociedades científicas, nas associações de historiadores, nas teses econômicas nos currículos escolares da educação básica e do ensino superior; outro, afroameríndio, que se faz presente nas tradições populares, na fala e nos corpos dos alunos, nas comunidades rurais, na culinária, na cultura seja popular ou erudita, nas tradições religiosas e familiares.

Estes dois “Brasís” (o europeu e o afroameríndio) convivem juntos, mas ainda não dialogam, desafio que está sendo enfrentado pelos que possuem a África em sua consciência, em seus fenótipos, em seus estereótipos, em sua tradição.

Após aprovação da Lei Federal nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003, que institui a obrigatoriedade do estudo da História da África no currículo das instituições educacionais, houve uma ampliação das pesquisas sobre História da África e sobre a História e Cultura Afro Brasileira.

No que se refere ao tratamento dos estudos afro-brasileiros e africanos no Brasil, identificamos algumas tendências gerais: 1) a concepção ainda fundamentada no “escravismo e nos estudos sobre a escravidão”; 2) a concepção baseada em uma África imaginada e construída pelo mercantilismo pelos europeus, representada principalmente pela “Costa da Mina” pelo “Reino do Congo” e pelo Benin – lugares de entrepostos; 3) a concepção alicerçada na ideia da África pela África; 4) e a concepção que intenta articular os conhecimentos e saberes das diversas “culturas e histórias” do povo africano, aos conhecimentos e saberes produzidos nas várias diásporas africanas pelo mundo, dentre as quais, a diáspora afro-brasileira. É com esta última que nos identificamos.

Um primeiro grupo de pesquisadores que se debruçam sobre os estudos africanos a partir da concepção fundamentada no escravismo e nos estudos sobre a escravidão, é formado por estudiosos alicerçados na ideia de que o “escravo” e a “escravidão” de fato existiram e são incontestes (naturalizados), bem como, determinam as relações entre a África e o Brasil, seja nos mais de 300 anos do dito “regime de escravidão”, seja nos dias atuais. Neste sentido, conhecer a origem dos “escravos africanos” e a sua posição na ordem escravista é importante para entender o lugar que os negros descendentes deste “africano escravo” ocupam na sociedade atual.

Um segundo grupo é formado por aqueles que concebem uma África representada principalmente pela “Costa da Mina” pelo “Reino do Congo” e pelo Benin – lugares de entrepostos - imaginada e construída a partir do mercantilismo europeu. A referência a “Costa da Mina” ao “Reino do Congo” e ao “Benin”, muitas vezes, são referências genéricas aos locais de entrepostos, e não á realidade africana e as suas formações culturais, sociais econômicas e principalmente identitárias, quando muito, a relações específicas vinculadas a uma atividade humana degradante e violenta que não pode ser entendidas em si mesmas, como representação de uma totalidade, ou mesmo sem relação com esta totalidade africana, vinculadas ao seu (s) povo(s), sua(s) história(s), a sua(s) identidade(s) e a sua(s) cultura(s).

O terceiro grupo é aquele que fundamentam as suas concepções na ideia da “África pela África”. Os estudos empreendidos por estes pesquisadores/historiadores

não têm como foco o conhecimento do continente africano e suas nuances, mas sim, a confirmação de uma visão preconcebida que, independente da realidade confrontada, terá sempre a mesma conclusão.

O quarto grupo se fundamenta na concepção que intenta articular os conhecimentos e saberes das diversas “culturas e histórias” do povo africano, aos conhecimentos e saberes produzidos nas várias diásporas africanas pelo mundo, dentre as quais, a diáspora afro-brasileira. Estes pesquisadores, independente de pertencimento racial, étnico ou populacional, compreendem que a questão da unidade africana vai além das fronteiras territoriais do continente, abrange as experiências das diásporas do povo africano.

Compreendem que o africano é um ser diasporico – a diáspora está impressa na memória e na história individual e coletiva de cada negro, descendente de africano espalhado pelo globo, seja na sua cosmovisão, ou, nas suas tradições culturais, a que chamamos de cultura africana, ou, legado cultural africano. A história da África é a história da diáspora, seja dentro ou fora do continente: é desta África que estamos falando.

2. Os estudos africanos no contexto da diáspora negra: o africanismo

O africanismo é um conceito e uma ideia central para os pesquisadores alinhados à perspectiva da diáspora negra/africana, pois, representam o entendimento do caráter universal da história africana articulada a uma ideia de unidade e multiplicidade de experiências articuladas entre si. A perspectiva teórico-epistemológica fundada numa cosmovisão africana de mundo e de sociedade é outra característica destes pesquisadores.

A ruptura com o pensamento eurocêntrico não significa o isolamento intelectual, mas a ampliação do universo de diálogo com as teorias e métodos de leitura da realidade africana e de suas diásporas, por outras referências, forjadas pelos sujeitos deste processo, que se recusam a condição de objeto de estudo, e assumem a condição de protagonistas de um projeto de emancipação.

2.1 O Pan-africanismo

Segundo Decraene (1962) o termo pan-africanismo designa correntes muito diversas de pensamento, a partir do movimento que teve origem no sul dos Estados Unidos e nas Antilhas britânicas, até o movimento mais essencialmente africano que se

desenvolveu no continente, ocorreu uma evolução na forma de pensar agir do Pan-africanismo, porém, tal evolução não exclui à consciência pan-africana certa unidade de pensamento, ou seja, o africanismo. Nas formulações deste autor, o Pan-africanismo surge a partir de um conjunto de ideias e de múltiplos autores, hoje anônimos e imensuráveis. Porém, no entendimento dos estudiosos que se debruçaram sobre o assunto foi o Dr. Edward Burghardt Du Bois², um dos principais responsável pela articulação deste movimento em um conjunto de ideias e teorias que deram corpo e movimento ao Pan-africanismo.

Du Bois nasceu livre, em 1868, no estado de Massachusetts - sociólogo, historiador e literato -, foi um dos primeiros (senão o primeiro) negro afro-americano a se tornar Doutor, na Universidade alemã de Heidelberg, bem como autor de diversas publicações que lhe renderam o título de “pai do Pan-africanismo”. Para Du Bois as questões atinentes ao negro americano estavam desde o início atreladas a “linha de cor” – e sobre esta perspectiva deveriam estar assentados os ideais panafricanistas. Neste sentido, entendia este como um movimento capaz de promover o restabelecimento dos laços entre negros americanos com as suas origens africanas, ou seja, um negro americano é um africano – pois é assim que ele é entendido e tratado, dentro ou fora da África (DECRAENE, 1962).

Outro pensador e articulador do Pan-africanismo foi o Jamaicano Marcus Garvey, nascido em 1885, e adepto do Pan-africanismo messiânico. Este se dizia visionário, e se autodeclarava como uma espécie de messias negro. Imbuída de protestantismo místico, a doutrina de Garvey por vezes denominada “sionismo negro” intentava conduzir à emancipação total dos povos africanos do jugo colonial – por meio de um movimento que possibilitasse aos negros tomarem consciência da sua origem africana, criando neles um sentimento de solidariedade – “somos negros afrodescendentes”, portanto afro-americanos (Idem, 1962).

Defendia a busca da terra prometida – a Etiópia de Salomão, Sabá e Salassié - de onde os negros iriam recriar uma nação independente na África (Farí). Preconizou assim o regresso de todos os negros à África “mãe-pátria”, com vistas a ingressarem na luta pela libertação do continente do domínio europeu, e reconstruírem ali, uma nação

²Du Bois e Garvey são protagonistas de um movimento que buscava pensar a África e os negros Africanos por uma perspectiva de autonomia e emancipação histórica – neste sentido o Pan-Africanismo surge como um movimento de ideias que alimenta estas aspirações. Apesar de opiniões e práticas bastante opostas: Du Bois era considerado um intelectual radical porém, pacifista, inspirador do movimento dentro e fora da América.

independente numa África emancipada³. Com este propósito, organizou uma companhia de navegação, a Black Star Line, e de 1919 a 1921 recolheu cerca de 10 milhões de dólares pelos meios mais diversos, com vistas a efetivar este empreendimento, de retorno dos negros à África (Rasta). O que lhe rendeu uma condenação a cinco anos de prisão por estelionato (Ibidem, 1962).

Fundou a *Universal Negro Improvement Association* com a intenção de unir todos os negros em um só povo; fundou a sua própria igreja, a *African Orthodox Church*, em que os anjos eram negros e Satanás era branco; propôs, para contrastar com a Casa Branca, a criação de uma Casa Negra, em que um negro eleito presidiria, durante quatro anos, aos destinos dos seus semelhantes nos Estados Unidos – e proclamou-se “presidente dos Estados Unidos da África”; lançou um jornal, o “The Negro World”; criou a “Legião Africana Universal”, cujos membros envergavam um uniforme cintilante; organizou o “Corpo dos Enfermeiros da Cruz Negra”; criou ordens militares dos negros com distinções; lançou a “Declaração dos Direitos dos Povos Negros do Mundo” - um programa de 54 pontos (Ibidem, 1962).

No que pese suas ideias, talvez, pouco científicas, fundadas numa militância messiânica, é inegável que Garvey influenciou outra perspectiva de sociedade para os negros afro-americanos, afro-caribenhos, bem como, descendentes de africanos no mundo inteiro, haja vista que, movimentos panafricanistas inspirados em suas ideias como o Rastafári, estão presentes em diferentes partes do Planeta; e, até mesmo expressões mais recentes como o movimento Hip Hop, não escapou de suas influências, haja vista que esta se estendeu até mesmo para movimentos mais políticos como o Partido dos Panteras Negras.

O movimento negritude foi o que deu origem ao pan-africanismo cultural, iniciado pelo haitiano, médico e diplomata, Price-Mars, que escreveu importantes

³ Garvey, era considerado um líder messiânico – sua idéia de diáspora ancorava-se neste princípio – todos os negros deveriam voltar à terra prometida por Deus (Javé), a África, a Etiópia, a terra dos ancestrais Salomão, Sabá e Salassié – e, libertar a África e os Africanos no mundo, da opressão e da violência imperialista, e reconstruir no continente o Reino da Etiópia. Pode-se discordar dos seus métodos ou de suas práticas, mas há de se reconhecer que eram, e ainda é, um projeto revolucionário e emancipador. Suas ideias e pregações tiveram forte presença e penetração entre os negros da Jamaica, Haiti e Costa Rica, e orientou diversos movimentos panafricanistas, dentre os quais, o Movimento “Rasta-Fari” – Rasta significa volta, e Fari, significa África -, que, com base em suas pregações, buscam a promoção da história e da cultura negra de matriz Africana na América e o encontro com os seus ancestrais, por meio do transe (facilitado pela música e pela dança de matriz Africana com o auxílio de uso de psicotrópicos naturais) enquanto aguardam o movimento do retorno físico a África, quando todos os negros, no continente mãe, livre da opressão branca, formarão uma grande nação e um único povo, na terra prometida por “Yavé”. A Este respeito ver: RABELO, Danilo. **Rastafari**: identidade e hibridismo cultural na Jamaica, 1930-1981. Brasília/DF: Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Brasília – UnB, 2006. (Tese de Doutorado).

artigos, brochuras, livros e tratados sobre o Pan-africanismo nesta perspectiva. Identifica este pan-africanismo cultural como o que dará suporte ao termo negritude, criado por Leopold Senghor e Aimé Césaire, que se destina a definir a afirmação da autêntica cultura negra, despojada de todas as suas eventuais assimilações ocidentais (DECRAENE, 1962).

O movimento negritude no interior no Pan-africanismo teve como principal referência um grupo de jovens negros oriundos dos territórios africanos na África colonizados pelos europeus, que, ao ingressarem em universidades europeias, particularmente, na Inglaterra e na França, entraram em contato com as ideias panafricanistas oriundas principalmente dos Estados Unidos da América, e a partir de então, se debruçaram, sobre a tarefa de pensar o Pan-africanismo com base numa perspectiva africana, ou seja, dos negros que estavam e vieram do continente africano. Duas características se sobressaíram: o reconhecimento da linhagem de cor – a negritude, como dimensão inerente ao Pan-africanismo; e, a construção de uma consciência de unidade - unidade africana, como uma consciência que remete à consciência de um povo.

Em 1955 (...) Alioune Diop (...) demonstrava que a não-dependência cultural é incompatível com a dependência política. Em setembro de 1956, após oito anos de esforços, abriu a Presença Africana na Sorbonne, o I Congresso Internacional dos Escritores e Artistas Negros [...] A “negritude”, expressão literária do pan-africanismo (...) a noção de “negritude”, a (...) por sua vez, ilumina as noções de independência e pan-africanismo [...] A expressão “negritude” foi lançada no transcorrer dos anos 1933-1935 pelos Srs. Léopold Sédar Senghor e Aimé Césaire. E assim como a independência é a recusa da assimilação política e, de início, uma negação, assim a negritude é a recusa da assimilação cultural. É um dos elementos que dão força à vontade de afirmação da personalidade política da África. (DECRAENE, 1962, p. 33-34).

A afirmação da negritude e a luta pela emancipação do continente africano, independente de país ou colônia, se tornaram o foco deste movimento, de estudantes negros africanos oriundos de diferentes colônias europeias na África. Por meio deste, foi possível a articulação das principais forças e agrupamentos políticos que lutaram pela emancipação e libertação da África, bem como, a construção de um Pan-africanismo africano, suporte político-teórico-ideológico para os movimentos de libertação nacional e descolonização física do continente.

Tornou-se o pan-africanismo parte integrante do nacionalismo africano; alimenta a luta pela independência, condição prévia da constituição de federações regionais que agrupam Estados soberanos destinados a formar, um dia, uma Federação Pan-africana de Estados Unidos (DECRAENE, 1962, p. 22).

Para muito além da raça ou mesmo da etnia, a Pan-africanismo se firmou como orientação política e identitária, indicava os caminhos da ruptura com o pensamento eurocêntrico, fundado nas ideias científicas de raça e etnia – por este motivo, o debate acerca do racismo no Brasil que constitui-se em categoria central para o estudo da questão do negro, se colocado no âmbito mundial, não teria o mesmo sentido e aplicação.

No continente africano ser negro é sinônimo de ser africano, em função desta identidade o continente foi invadido e ocupado de forma violenta pelas potências europeias.

No Brasil, ser negro é sinônimo de pertencimento a determinado grupo racial, e nesta condição e por este motivo – escravizado, violentado, inferiorizado e excluído da sociedade, portanto, o racismo, é o elemento ideológico que aglutina e identifica todas as demais formas correlatas de discriminação.

Se o debate centrado nas relações raciais e étnicas tem um sentido de luta, resistência e emancipação do povo negro, no Brasil, e em outros países que passaram pela experiência do escravismo fundado no “estigma da raça”; talvez, no que se refere à questão africana do outro lado do continente, não tenha o mesmo efeito, portanto, o elemento de unidade passa a ser a negritude – que nos identifica enquanto negros de origem africana, e não a raça ou a etnia. No âmbito do movimento negritude, o Pan-africanismo, adquire uma perspectiva evidentemente diaspórica, ao focar a dimensão da cultura e da identidade.

Entre alguns dos intelectuais Panafricanistas que evidenciaram esta perspectiva de forma mais contundente estão Aimé Césaire, Frantz Fanon, Cheikh Anta Diop, Leopold Sédar Senghor e o brasileiro Abdias do Nascimento⁴.

⁴ Uma referência importante a esta construção do Panafricanismo no âmbito dos espaços globais de construção, propagação e efetivação deste, a partir da perspectiva da diáspora, pode ser encontrado nos escritos de Carlos Moore, outro Panafricanista cubano que se coloca na perspectiva do estudo das diásporas Africanas. A este respeito ver: MOORE, Carlos. Abdias do Nascimento e o Surgimento de um Panafricanismo Contemporâneo Global. In: NASCIMENTO, Eliza Larkin (Org.). **A Matriz Africana no Mundo**. São Paulo: Selo Negro, 2008. (SANKOFA I – Matrizes Africanas da Cultura Brasileira).

2.2 O pan-africanismo no Brasil: o Teatro Experimental do Negro e o pensamento de Abdias do Nascimento

Abdias do Nascimento (2002) em sua obra “O Brasil na mira do pan-africanismo”, evidencia que o grande projeto Panafricanista no Brasil foi construído a partir da experiência do Teatro Experimental do Negro – o TEN.

Segundo Nascimento (2002, p. 187-188),

O Teatro Experimental do Negro – TEN – iniciou sua tarefa histórica e revolucionária convocando para seus quadros pessoas originárias das classes mais sofridas pela discriminação: os favelados, as empregadas domésticas, os operários desqualificados, os frequentadores dos terreiros. Com essa riqueza humana, o TEN educou, formou e apresentou os primeiros intérpretes dramáticos da raça negra – atores e atrizes – do teatro brasileiro. Seguindo esta orientação, o TEN inspirou e estimulou a criação de uma literatura dramática baseada na experiência Afro-brasileira, dando ao negro a oportunidade de surgir como personagem-herói, o que até então não se verificara, salvo os raros exemplos mencionados do negro como figura estereotipada.

Nesta direção, o Projeto Pan-africanista do TEN está relacionado a ação de emancipação do povo negro brasileiro, por meio de ações que possibilitem nas palavras de Nascimento (2002, p. 189) “dar um salto qualitativo para além do complexo de inferioridade a que o submetia ao complexo de superioridade da sociedade que o condicionava”. Desta forma, o TEN instaurou um processo de revisão de conceitos e atitudes visando a liberação espiritual e social da comunidade Afro-brasileira.

Na perspectiva, defendida por Nascimento, a manifestação do eurocentrismo colonizador e propagador da violência e do terror, se instaurou no Brasil por meio das políticas de embranquecimento da população negra articulada a ideia de uma “democracia racial”.

No que se refere ao legado cultural dos africanos para a formação da identidade nacional Nascimento (2002, p. 142) diz,

A assimilação cultural é tão eficiente que a herança da cultura africana existe em estado de permanente confrontação com o sistema dominante, concebido precisamente para negar suas fundações e fundamentos, destruir ou degradar suas estruturas. (...) Tanto os obstáculos teóricos quanto os práticos têm impedido a afirmação dos descendentes africanos como íntegros, válidos, auto-identificados elementos constitutivos e construtores da vida cultural e social brasileira. Pois realmente a manifestação cultural de origem africana, na integridade dos seus valores, na dignidade de suas formas e expressões, nunca teve reconhecimento no Brasil, desde a fundação da colônia, quando os africanos e suas culturas chegaram ao solo americano.

Amílcar Cabral, herói da libertação de Guiné-Bissau, e defensor do Pan-africanismo argumenta,

[...] a dominação colonial tem procurado criar teorias, as quais, de fato, são apenas grosseiras formulações de racismo. (...) Este, por exemplo, é o caso da chamada teoria da assimilação progressiva das populações nativas, o que acaba sendo unicamente uma mais ou menos violenta tentativa de negar a cultura dos povos em questão. (CABRAL, apud NASCIMENTO, 2002, p. 143).

Abdias do Nascimento articula a perspectiva do Pan-africanismo às questões inerentes à diáspora africana no Brasil, ao abordar a questão dos negros afrodescendentes aqui radicados na experiência da diáspora forçada por meio do processo de escravização dos negros de origem africana em nosso país, bem como, a perpetuação da herança racista que sustentou a escravização violenta e desumana dos negros nos currículos escolares das instituições educativas brasileiras, no imaginário social da nossa sociedade, particularmente, nas ações de negação do legado histórico-cultural dos negros brasileiros para a formação do povo e da cultura nacional.

Acompanhando a perspectiva de Fanon⁵, evidencia que nosso racismo científico moderno, encontra lócus privilegiado na educação e nos meios acadêmicos, cujo sujeito de legitimação e disseminação deste racismo é o intelectual colonizado brasileiro, que em nome de reproduzir em nosso país as bases teóricas epistemológicas e práticas do eurocentrismo, utilizam o currículo escolar como instrumento privilegiado desta pretensão de disseminação do colonialismo para toda a sociedade.

O papel fundamental dos cientistas e intelectuais brasileiros na formulação, sustentação e legitimação das ideias ratificadoras desta estratégia eurocêntrica de implementação do regime de barbárie e violência, como dimensão do nosso colonialismo, foi de fundamental importância para a ratificação deste sistema social de exclusão. Neste sentido, entendemos que um papel fundamental pode ser desempenhado pelos intelectuais e cientistas que radicados nas experiências da diáspora e do afrocentrismo, se colocarem ao lado dos movimentos de luta pela emancipação do negro na sociedade brasileira, em particular, o movimento negro.

⁵ Fanon, mais atual e recente que Du Bois e Garvey, está inserido num debate mais recente acerca do Pan-Áfricanismo. Em sua vasta produção bibliográfica defende o movimento da “negritude” e influencia de forma significativa como intelectual e ativista os movimentos contra o racismo e Apartheid na América e na África, dentre os quais os Panteras Negras, o Movimento Black Power, a Luta anti-apartheid de Stive Biko, dentre outros movimentos. A Este respeito ver: FANON, Frantz. **Pele Negra Márcaras Brancas**. Renato da Silveira (Trad.). Salvador/BA: EDUFBA, 2008.

Nestes termos, Abdias do Nascimento articula a perspectiva do africanismo como cosmovisão afrocentrada, e do Pan-africanismo como movimento teórico e político de construção e efetivação desta cosmovisão, à necessidade de construção no âmbito da educação e do currículo das instituições educativas brasileiras, de uma perspectiva político-pedagógica que possibilite o reconhecimento, valorização e promoção do legado histórico cultural dos negros na perspectiva de construção de relações raciais positivas, a que o arcabouço jurídico normativo e pedagógico da Lei Federal nº 10.639/2003, designará como Educação para as Relações Étnico-raciais positivas.

2.3. O Afrocentrismo.

O termo afrocentrismo foi cunhado pelo teórico afro-norteamericano Molefi Kete Assante (1987, 1989, 1990), como forma de designar o centro como o lugar de onde se cunha uma cosmovisão de mundo, neste caso, o lugar é a África.

Erradicado na experiência africana, Assante entende a África não somente como um continente, mas, na perspectiva da História de um povo, tal como disserta Ki-Zerbo (2010).

O Afrocentrismo na perspectiva de Assante (1987, 1989, 1990) é a visão do mundo e das suas relações humanas e sociais a partir da experiência negra, seja ela dentro ou fora da África.

Nascimento (1996, p. 35-36) com o intuito de esclarecer seu significado, afirma que, no que se refere ao afrocentrismo “Há uma tendência, alimentada [pela antropologia] de fazer equivaler o eurocentrismo a um etnocentrismo específico [...] o etnocentrismo seria um fenômeno universal, aplicando-se tanto aos povos nativos do terceiro mundo como aos europeus”.

Para esta autora (1996) o eurocentrismo é um sistema social de dominação que sustenta as formas mais bárbaras de violência como o colonialismo – seja físico ou intelectual, o racismo, o ocidentalismo, o imperialismo, o cristianismo, e outras formas de violência correlatas; e o afrocentrismo, um conjunto de teorias e práticas que fundada na experiência de um povo - o povo negro de origem africana (afrodescendente), busca destituir este sistema de violência e subordinação do outro, rumo a construção de uma sociedade baseada nos princípios de respeito a pluralidade de emancipação humana.

Segundo Nascimento, (2009, p. 30).

Um primeiro e básico postulado da afrocentricidade é a pluralidade. Ela não se arroga como fez o eurocentrismo, a condição de forma exclusiva de pensar, imposta de forma obrigatória sobre todas as experiências e todos os epistemes. Ao enfatizar a primazia do lugar, a teoria afrocêntrica admite e exalta a possibilidade do diálogo entre conhecimentos construídos com base em diversas perspectivas, em boa fé e com respeito mútuo, sem pretensão a hegemonia.

Para Nascimento (1996), o aparato bélico repressivo do sistema colonialista mobilizado contra os povos dominados constituiu exemplo extremo dessa violência, perpetrada durante séculos. A universalização do modelo europeu, por meios violentos e não violentos de dominação, diferencia fundamentalmente o eurocentrismo do etnocentrismo em geral, e o afrocentrismo do eurocentrismo.

3.4 Da diáspora

O motivo da diáspora é a necessidade do deslocamento, portanto, o que define o movimento diásporico das pessoas é a necessidade, seja de sobrevivência, seja por realização pessoal ou de um povo. De qualquer maneira, desde Caim no paraíso do Éden, a humanidade e conseqüentemente o ser humano é “um ser diaspórico”, porém, como possui o livre arbítrio, cabe a ele aceitar ou não o desafio da diáspora.

Na diáspora de Cain este perguntou a Javé: e se aqueles que me encontrarem me matarem? Javé lhe respondeu: será vingado sete vezes. Na diáspora dos hebreus estes perguntaram a Javé: para onde irei meu senhor? Deus lhe respondeu: para uma terra onde jorra leite e mel, a terra prometida para o meu povo. Tanto a diáspora de um, de três, ou de uma nação inteira provoca insegurança, a decisão e atitude de deslocar-se compete a cada um. Nos exemplos acima houve o deslocamento, pois de certa forma a texto bíblico quer nos convencer de que o ser humano é por natureza, e por destino divino diaspórico.

Porém, o que define o ser humano de fato é o livre arbítrio – a diáspora define o ser humano social – aquele que por força da necessidade, se relaciona com os outros seres humanos.

Os estudos africanos e afro-brasileiros na perspectiva das diásporas africanas pressupõem a articulação destes a uma dimensão de unidade e multiplicidade: compreender o Africanismo como uma unidade teórica que possibilita um posicionamento diante das inquietações que envolvem os africanos e afro-descendentes dentre o fora da África; entender as várias diásporas africanas, dentre elas, a afro-

brasileira, como uma multiplicidade de experiências que devem ser compreendidas em suas particularidades.

O africanismo e as epistemologias do Sul amparadas nas africanidades, se constituíram ao longo de toda a história da humanidade como uma forma de viver diferente, como uma cosmovisão de mundo amparada na diversidade e na pluralidade; e na virada do Século XIX para o Século XX constituiu-se num movimento diasporico tanto de oposição ao eurocentrismo/colonialismo, à sua perspectiva universalista, ao seu caráter segregador, excludente e propagador da violência, quanto de afirmação da identidade cultural e histórica de um povo, o povo negro africano, que na prática cotidiana desta cosmovisão sempre exerceu o princípio da pluralidade e do respeito as diferenças como uma perspectiva diferente de ver o mundo. Ressaltamos que esta perspectiva, não elimina a existência tanto dentro quanto fora do continente, de práticas de violência, segregação, e eliminação física do outro; mas sim, que na perspectiva africana estas práticas não se constituíram num complexo sistema de proliferação destas para todos os cantos do mundo, tal como, o eurocentrismo/colonialismo.

O africanismo em suas varias vertentes epistemológicas, seja na perspectiva Panafricanista, no afrocentrismo, ou na perspectiva das diásporas africanas que integra as duas anteriores, é um movimento que almeja um sistema social de combate permanente ao eurocentrismo/colonialismo/racismo rumo a descolonização, territorial, física, política, social, psicológica e intelectual seja do Sul ou do norte, seja do leste ou do oeste - da humanidade.

4 Considerações finais

Abordar o estudo da História e da Cultura Africana e Afro-brasileira, na perspectiva dos conhecimentos e dos saberes africanos produzidos no continente africano e nas suas diásporas, significa abdicar das abordagens que buscam compreender os negros africanos e seus descendentes espalhados pelas diversas partes do planeta, como mero objeto de estudo com base em uma matriz teórica e metodológica de base ocidental e eurocêntrica; e, reivindicar um tratamento onde estes sejam compreendidos como sujeitos de um movimento global de deslocamento de saberes, culturas e histórias; na qualidade de sujeitos históricos, providos de identidade e titulares de um discurso forjado no âmbito da diáspora.

Assim, a História e a Cultura de matriz africana preservada, ressignificada e reinventada nos territórios negros brasileiros por meio das tradições orais passadas dos ancestrais para as novas gerações, nos rituais fúnebres, nas práticas sagradas das religiosidades de matriz africana no Brasil, na prática da capoeira, das congadas, das festas de reis, ou mesmo nas diferentes manifestações sincretizadas, são conhecimentos e saberes que devem ocupar o lugar destinado nos currículos escolares, na articulação com os conhecimentos e saberes acerca das diferentes experiências históricas e culturais dos povos africanos. A História da África não é a história de um continente, mas a História de um povo – o povo negro, de pele escura, seja dentro do continente africano, ou fora dele, nas diásporas.

A oposição entre as culturas híbridas e culturas balcanizadas e, entre histórias fixas e movimentos históricos, nos parece fruto do maniqueísmo científico ocidental que, na eterna insegurança do ser, não consegue apreender o movimento presente em outra cosmovisão de matriz africana que busca entender estes processos como, aqueles que se operam em uma mesma dinâmica, não como complementares, mas como intrínsecos. Rupturas e permanências não se alternam, mas coexistem no mesmo corpo, processos de hibridação e preservação também. A esta cosmovisão damos o nome de cosmovisão africana, como núcleo de qualquer epistemologia e metodologia afrocentrada.

Descolonizar o pensamento intelectual e científico, bem como, a educação e os currículos escolares brasileiros, pressupõe o reconhecimento, valorização e promoção de perspectivas teórico-epistemológicas que incorporam o respeito à pluralidade e diversidade, seja de perspectivas teóricas políticas e sociais; seja de identidades culturais e históricas, como dimensão indispensável das relações desenvolvidas entre os diferentes povos e culturas.

O africanismo, o Pan-africanismo e o afrocentrismo, resignificados por meio das várias experiências das diásporas africanas, particularmente, na diáspora África-Brasil, devem figurar como referências teórico-metodológicas e epistemológicas para os estudos africanos e afro-brasileiros, na perspectiva de superação da cosmovisão eurocêntrica - fundada no pensamento único, no colonialismo e no racismo; em favor de uma cosmovisão afrocêntrica – radicada na experiência da pluralidade, na descolonização física, territorial e intelectual, no combate ao racismo e no reconhecimento e valorização da história e da cultura dos diferentes povos como constructo social indispensável ao exercício da condição humana.

O africanismo, revisitado e ressignificado nas experiências das diásporas africanas, possibilita-nos compreender as experiências de negros e negras que vieram para o Brasil numa condição de não cidadãos, atravessam a nossa história por caminhos diversos, e, nos dias atuais, redefinem-se uma identidade forjada num processo de luta e construção que define a consciência de um duplo pertencimento: o ser negro como raça; e ser afro-brasileiro como povo e cidadão.

5 REFERÊNCIAS

ASSANTE, Molefi Kete. **Afrocentricity**. 2ª Ed. Trenton: Africa World Press, 1989.

ASSANTE, Molefi Kete. **Kemet, Afrocentricity and Knowledge**. Trenton: African World Press, 1990.

ASSANTE, Molefi Kete. **The Afrocentricity Idea**. 2º Ed. Ver e Amp. Filadelfia: Temple University Press, 1998.

ASSANTE, Molefi Kete. **The Afrocentricity Ideia**. Filadelfia: Temple University Press, 1987.

DECRAENE, Philippe. **O pan-africanismo**. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1962.

FANON, Frantz. **Pele Negra Marcaras Brancas**. Renato da Silveira (Trd.). Salvador/BA: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. 3ª Edição. São Paulo: Ática, 1978, 814p (2 volumes).

FONSECA, Dagoberto José. Contribuintes antigos: revendo as cadernetas e os fiados. **In: PAULA, Benjamin Xavier de. Perón, Cristina Mary Ribeiro. (Orgs.) Educação, História e Cultura da África e Afro-brasileira: teorias e experiências**. Uberlândia/MG: PROEX/UFU; Franca/SP: Ribeirão Editora, 2008;

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Organização Liv Sovik, Tradução Adelaine, La Guardia Rezende & outros. 1º Edição Atualizada. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009. (Humanitas).

HAMPATÉ BÂ, A. A tradição viva. **In: KI- ZERBO, Joseph (Editor). História geral da África I: metodologia e pré-história da África**. 2º edição revista. Brasília: UNESCO, 2010. p. 167 – p.212.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Vale. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

JONGE, Klaas de. **África do Sul: apartheid e resistência**. São Paulo: Editora Cortez, 1991.

KI- ZERBO, Joseph (Editor). **História geral da África I: metodologia e pré-história da África**. 2º edição revista. Brasília: UNESCO, 2010.

MEILLASSOUX, Claude. **Antropologia da Escravidão: o ventre de ferro e dinheiro**. Tradução de L. Magalhães, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Brasil na mira do pan-africanismo**. Salvador: EDUFBA/CEAO, 2002.

PAULA, Benjamin Xavier de. **Educação para as Relações Étnico-raciais e o Estudo da História e Cultura da África e Afro-brasileira: formação, saberes e práticas educativas**. Uberlândia: Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia – PPGED-UFU, 2013. (Tese de Doutorado).

RABELO, Danilo. **Rastafári: identidade e hibridismo cultural na Jamaica, 1930-1981**. Brasília/DF: Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Brasília – UnB, 2006. (tese de doutorado).